

CRONOLOGIA DA CAMPANHA GOLPISTA E CONTRARREFORMISTA NO BRASIL (MARÇO/2015 – AGOSTO/2016)

Rejane Carolina Hoeveler¹

O “ativismo” das entidades empresariais, por meio de múltiplos dispositivos, constituiu um fator decisivo na construção de um consenso intra e extra-classe em torno da aplicação do programa tirado da cartola do PMDB em 2015, a “Ponte para o Futuro”. Concretizando uma plataforma que passava longe daquela apresentada pela chapa Dilma-Temer em 2014, e ainda colocando o partido derrotado nas urnas em cargos estratégicos, o ex-vice “decorativo” provou-se capaz de transformar em realidade antigos sonhos da burguesia brasileira e internacional. Foi essa promessa, a despeito de todos os esforços do governo Dilma para atender aos seus anseios, que levou as classes dominantes brasileiras a embarcarem em peso, a partir de meados de 2015, no chamado “Plano Temer”.

Não obstante tenha se repaginado consideravelmente a partir de 2015, a ação política dos aparelhos privados de hegemonia da classe dominante no Brasil não é propriamente uma grande novidade. Mas os dispositivos criados a partir de 2015 (movimentos apresentados como apartidários; mobilização de massas) foram certamente inovadores.

Localizamos nesta cronologia que, até meados de 2015, nenhuma entidade de classe da burguesia ou de seus representantes mais expressivos havia manifestado apoio formal, público, à deposição de Dilma Rousseff. Mas este deveria ser, certamente, um assunto corriqueiro entre os líderes empresariais desde o início de seu segundo mandato. Um dos motivos centrais era a dúvida sobre a capacidade do governo em aplicar um programa duro de ajuste fiscal, de contrarreformas e de liberalização para o capital. Essa desconfiança somou-se ao desejo de conter os efeitos cada vez maiores da chamada Operação Lava-Jato, a qual, ainda que seletivamente, ameaçava de perto tanto parlamentares quanto empresários.

¹ Doutoranda em História na Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista CNPq. Agradeço a Pedro Cassiano por comentários e sugestões.

As primeiras movimentações vieram do campo político-partidário. O PSDB tentou, sem sucesso, invalidar judicialmente os resultados eleitorais de 2014, entrando com pedido de cassação de chapa no TSE – requisição que, como sabemos hoje, somente seria julgada em meados de 2017, um ano depois do *impeachment* de Dilma. Mas tais movimentos foram extremamente funcionais para arregimentar vontades políticas, dar combustível a diversos grupos de direita, e alimentar a possibilidade concreta de que o mandato não chegasse até o final. O movimento decisivo neste campo se deu quando um setor do PMDB se deslocou da base do governo, rachando o partido ao meio.

Desde o primeiro dia de seu segundo mandato, Dilma aplica um programa contrário àquele apresentado na campanha, aprovando, logo no primeiro mês, medidas como restrição do acesso à pensão por morte e regras mais rígidas para o acesso ao seguro-desemprego. A rigor, o governo Dilma estava procurando atender diversas demandas da burguesia, ao conceder, por exemplo, incentivos ao investimento privado como redução tarifária de energia; e já estava diminuindo consideravelmente os gastos públicos através de cortes orçamentários. Entretanto, ao longo de 2015, o Congresso inviabilizou as iniciativas do Planalto, chegando a segurar por três meses a aprovação do orçamento para 2015. Inusitadamente, os representantes da burguesia no parlamento bloqueavam as próprias reformas exigidas por ela.

Enquanto isso, a crise econômica se agravava, e consequentemente os conflitos distributivos, incluso aqueles dentro da própria burguesia (PINTO et al, 2017). As entidades empresariais passam a se movimentar mais, e mais publicamente. Embora todas elas fossem favoráveis ao arrocho da classe trabalhadora, havia fortes dissensos internos sobre a maneira pela qual este deveria ser operado politicamente.

As burguesias brasileiras se organizam por meio de múltiplas formas de associatividade, que vão desde milhares de sindicatos oficiais organizados por setor, todos agrupados em federações e confederações (como FIESP, FIRJAN, etc), até organizações cujo objetivo é determinado por uma compreensão teórica/ideológica comum, como os Institutos Liberais, o Instituto Millenium, o Instituto de Estudos Empresariais, o “Estudantes pela Liberdade” etc. Seria impossível abarcar as trajetórias de todos eles nesta breve cronologia. Sua composição, espectro e métodos de atuação varia muito, sendo notável a participação dos mesmos grupos empresariais em vários deles simultaneamente.²

² Para um levantamento das principais entidades associativas da burguesia brasileira a partir dos anos 1980, na casa das dezenas, ver CASIMIRO, 2016. A leitura teórica e histórica na qual nos amparamos para entender os aparelhos privados de hegemonia da burguesia no Brasil contemporâneo encontra-se em FONTES, 2010.

De aparelhos que embarcaram de cabeça na ação política direta, como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a SRB (Sociedade Rural Brasileira), a outros que fizeram questão de manter uma atuação “*low profile*” como o IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) ou a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), o escopo da ação de classe não só é variável, como também muito dinâmico. Além disso, a realidade do entrelaçamento e da competição entre capitais e inter-setoriais, que de alguma forma se expressa dentro dos aparelhos, é mais complexa do que qualquer esquema simples de classificação. Não cabe, até por razões de espaço, debater com profundidade essa questão aqui.

Entretanto, há duas advertências metodológicas importantes. A primeira é que as entidades empresariais raramente representam setores econômicos muito bem delimitados, e elas mesmas podem ser palco de conflitos de interesses dentro de um mesmo setor ou entre setores. Apesar disso, os aparelhos os quais trataremos aqui expressam uma posição para além do pragmatismo econômico corporativo imediato: procuram construir consenso, educar a sua própria classe, e agir politicamente de maneira razoavelmente coesa. Em suma, trata-se de ação política de classe. A segunda é que, partindo da compreensão amparada em Antonio Gramsci, esses aparelhos privados formados na “sociedade civil” fazem parte do Estado, entendido de modo ampliado (“Estado integral”). E, sem dúvida alguma, vários deles estiveram presentes em postos importantes dentro do Estado restrito durante os governos Lula e Dilma (GUIOT, 2015).

Cabe ainda advertir ao leitor que trata-se de um levantamento bastante inicial desta temática que certamente merece estudos bastante mais aprofundados. Optamos por reproduzir trechos generosos de fontes primárias como Cartas, declarações e documentos de entidades empresariais, para oferecer ao leitor um material substancial de análise. A maioria esmagadora das informações contempladas foi encontrada na grande imprensa brasileira, em jornais como *Valor Econômico*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, entre outros.

A cronologia que segue tem foco exclusivo no posicionamento público das principais entidades empresariais brasileiras ao longo de 2015 e 2016, com relação ao *impeachment*, às contrarreformas e o “ajuste” fiscal. Por visar este recorte temático, não nos referiremos à longa e complicada sequência da Operação Lava Jato, que constitui certamente um elemento explicativo importante da ação individual de muitos empresários. Tampouco nos referiremos à resistência social

às contrarreformas, que contou com importantes paralisações, greves e mobilizações.

Embora conclusões mais abrangentes fiquem em aberto, o que fica claro é como a campanha pelo *impeachment*, por parte desses aparelhos privados, foi consubstancial à defesa intransigente do “ajuste” fiscal e das contrarreformas; e como a construção de uma alternativa política ao governo Dilma esteve indissociável de um programa de ataque à classe trabalhadora, por um lado, e liberalização para o capital, por outro.

15 de março de 2015: Diversos grupos de direita convocam um ato nacional contra o governo de Dilma Rousseff, entre eles o grupo “Vem pra Rua” e o “Movimento Brasil Livre”, ambos criados no final de 2014. Com bastante contribuição empresarial, inclusive internacional (HOEVELER, 2016), são apresentados pela mídia como movimentos espontâneos e apartidários. Embora fosse centrada na questão da corrupção, que estava nas manchetes com a Operação Lava-Jato, a campanha dessas duas entidades, que foram as majoritárias em todas as “manifestações” de 2015, era de orientação marcadamente neoliberal. No Manifesto do “Vem pra Rua” consta: “Queremos mais concorrência e menos clientelismo (...) Somos a favor da democracia, da ética na política e de um Estado eficiente e desinchado”.³ Já entre as bandeiras do MBL, estavam:

eliminação dos controles de salários, preços, aluguéis, lucros, produção e juros; fim do favorecimento público a setores privados da economia; plena liberdade econômica; fim dos monopólios estatais; privatização das empresas públicas e sociedades de economia mista; fim da interferência governamental nas relações trabalhistas com total liberdade entre as partes; liberdade de organização sindical; livre mercado com circulação de bens, produtos e serviços⁴.

Segundo a versão do Instituto Liberal, a manifestação de 15 de março não teve apoio de “nenhum sindicato, nenhum partido político, nenhuma entidade de classe, nenhum órgão de imprensa, nenhuma ala de movimentos religiosos, nenhuma entidade empresarial”; teria sido feito “única e exclusivamente por pessoas comuns,

³ “O movimento Vem pra Rua quer ser o palco de todos os brasileiros”. Vem pra Rua, Manifesto. Disponível em: <<http://www.vempraru.net/manifesto/>>.

⁴ Manual do Movimento Brasil Livre. Movimento Brasil Livre, 2015.

sem laços a não ser a revolta contra a roubalheira e incompetência generalizada que tomava conta do país”.⁵

12 de abril de 2015: nova “manifestação” nacional “contra a corrupção”, imediatamente após a qual o PSDB encomenda ao jurista Miguel Reale Jr uma avaliação formal sobre a possibilidade de afastamento da presidente.

15 de abril de 2015: o TCU (Tribunal de Contas da União) declara que o governo Dilma Rousseff incorreu em crime de responsabilidade fiscal. A alegação era de que empréstimos de bancos públicos ao governo teriam sido feitos para cumprimento da meta de superávit primário (a economia feita para o pagamento dos juros da dívida pública), método, de acordo com o parecer, contrário à Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada no ano 2000.⁶

27 de julho de 2015: Em almoço com empresários do **LIDE** (Grupo de Líderes Empresariais) em São Paulo, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, afirma que pedidos de *impeachment* que tivessem fundamento teriam acolhimento.⁷

06 de agosto de 2015: FIESP e FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) assinam uma nota pública sobre a situação política do país. Indicando uma provável aproximação das direções dessas entidades com o vice-presidente, o apoio a Michel Temer consta na primeira linha da nota:

“A FIRJAN e a FIESP vêm a público manifestar seu apoio à proposta de união apresentada ontem pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer. O momento é de responsabilidade, diálogo e ação para preservar a estabilidade institucional do Brasil.

A situação política e econômica é a mais aguda dos últimos vinte anos. É vital que todas as forças políticas se convençam da necessidade de trabalhar em prol da sociedade.

O Brasil não pode se permitir mais irresponsabilidades fiscais, tributárias ou administrativas e deve agir para manter o

5 “Dois anos de uma data histórica: a manifestação pelo impeachment de Dilma Rousseff”. Instituto Liberal, 16 de março de 2017. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/politica/2-anos-de-uma-data-historica-a-manifestacao-pelo-impeachment-de-dilma-rousseff/>>.

6 BORGES, André & FABRINI, Fábio. “TCU diz que governo cometeu crime de responsabilidade fiscal”. O Estado de S. Paulo, 15 de abril de 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,tcu-diz-que-governo-cometeu-crime-de-responsabilidade-fiscal,1670602>>.

7 CASTRO, José Roberto & VENCESLAU, Pedro. “Pedidos de impeachment com fundamento terão acolhimento, diz Cunha”. O Estado de S. Paulo, 27 de julho de 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pedidos-de-impeachment-com-fundamento-terao-acolhimento-diz-cunha,1732820>>.

grau de investimento tão duramente conquistado, sob pena de colocar em risco a sobrevivência de milhares e milhares de empresas e milhões de empregos.

O povo brasileiro confiou os destinos do país a seus representantes. É hora de colocar de lado ambições pessoais ou partidárias e mirar o interesse maior do Brasil. É preciso que estes representantes cumpram seu mais nobre papel – agir em nome dos que os elegeram para defender pleitos legítimos e fundados no melhor interesse da Nação.

Ao mesmo tempo, é preciso que o governo faça sua parte: cortando suas próprias despesas; priorizando o investimento produtivo; deixando de sacrificar a sociedade com aumentos de impostos.

É fundamental ainda apoiar todas as iniciativas de combate à corrupção e punir exemplarmente todos os desvios devidamente comprovados.

É nesse sentido que a indústria brasileira se associa ao apelo de união para que o bom senso, o equilíbrio e o espírito público prevaleçam no Brasil.”⁸

08 de agosto de 2015: O presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, fala à *Folha de S. Paulo* evitando falar diretamente sobre a troca de governo. Afirma que a crise política é mais forte que a crise econômica; que não se resolverá apenas com “medidas técnicas”, como política fiscal e monetária austeras, embora elogiasse algumas delas. Era preciso “restabelecer a confiança”, e não apostar no “quanto pior melhor”.⁹ A Febraban não se manifestaria oficialmente em relação à conjuntura política em nenhum momento.¹⁰

10 de agosto de 2015: O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) propõe a “Agenda Brasil”, um conjunto de

8 “Nota oficial – FIRJAN e FIESP em prol da governabilidade do país”. Portal FIESP notícias, 06 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/noticias/nota-oficial-firjan-e-fiesp-em-prol-da-governabilidade-do-pais/>>.

9 FRIEDLANDER, David & SCIARRETA, Toni. “Para presidente do Bradesco, crise é grave e solução exige ‘grandeza’.” *Folha de S. Paulo*, 08 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/08/1666207-para-presidente-do-bradesco-crise-e-grave-e-solucao-exige-grandeza.shtml>>.

10 Note-se, porém, que o setor bancário também se faz representar por meio de diversas outras entidades, e que um atrito entre Dilma e a Febraban ocorrera em 2012, quando após um texto assinado pelo presidente da entidade Rubens Sardenberg (irmão do comentarista de economia Carlos Sardenberg), criticando a queda das taxas de juros, o governo pressionou por uma retratação, e a entidade se limitou a afirmar que tais críticas não representavam a posição oficial da entidade. MONTEIRO, Tânia. “Dilma exige retratação da Febraban e bancos tentam evitar crise com o governo”. *O Estado de S. Paulo*, 08 de maio de 2012. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-exige-retratacao-da-febraban-e-bancos-tentam-evitar-crise-com-o-governo,111666e>>.

medidas liberalizantes para o capital.¹¹ Calheiros se colocava contra o *impeachment* com o argumento de que aumentaria a instabilidade política, mas a contrapartida desse apoio ao governo era a implementação de tal agenda. Entre seus pontos, estavam:

“Melhoria do ambiente de negócios e infraestrutura”:

“- Segurança jurídica dos contratos: blindar as legislações de contratos contra surpresas e mudanças repentinas. Essa blindagem colabora para proteger a legislação das PPP, por exemplo, item relevante nestes tempos em que o País necessita de mais investimentos privados;

- **Regulamentar o ambiente institucional dos trabalhadores terceirizados melhorando a segurança jurídica face ao passivo trabalhista potencial existente** e a necessidade de regras claras para o setor.

- Revisão e implementação de marco jurídico do setor de mineração, como forma de atrair investimentos produtivos.

- Revisão da legislação de licenciamento de investimentos na zona costeira, áreas naturais protegidas e cidades históricas, como forma de incentivar novos investimentos produtivos.”

“Equilíbrio fiscal”:

-Venda de ativos patrimoniais (terrenos de Marinha, edificações militares obsoletas e outros ativos imobiliários da União).

-Aprovar a Lei de Responsabilidade das Estatais, com vistas à maior transparência e profissionalização dessas empresas.

-Favorecer maior desvinculação da receita orçamentária, dando maior flexibilidade ao gasto público.

-**Definir a idade mínima para aposentadoria**, mediante estudos atuariais e levando-se em conta a realidade das contas da previdência social.

“Proteção Social”:

-Aperfeiçoar o marco jurídico e o modelo de financiamento da saúde. Avaliar a proibição de liminares judiciais que determinam o tratamento com procedimentos experimentais onerosos ou não homologados pelo SUS.

-Avaliar possibilidade de **cobrança diferenciada de procedimentos do SUS** por faixa de renda. Considerar as faixas de renda do IRPF.

11 “A ‘Agenda Brasil’ sugerida por Renan Calheiros”. Senado Notícias, 10 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/10/a-agenda-brasil-sugerida-por-renan-calheiros>>.

Calheiros tentou encaminhar várias das propostas, mas com resistências de todos os lados, ficou isolado e não conseguiu viabilizar nada – fracasso que provavelmente foi o principal motivo de seu descrédito junto às lideranças empresariais que debatiam alternativas de poder, pois de nada adiantava um político que não entregasse o combinado. Os tucanos classificaram tal agenda como um “factóide”, e alguns senadores petistas, embora a orientação oficial do partido fosse trabalhar em prol do encaminhamento da agenda, se posicionaram contra inúmeros de seus pontos.

16 de agosto de 2015: nova “manifestação” nacional “contra a corrupção” liderada pelo Vem pra Rua, MBL e outras organizações.

19 de agosto de 2015: Em uma “Carta à Nação”, a CNI (Confederação Nacional da Indústria), juntamente com a Confederação Nacional do Transporte (CNT), a Confederação Nacional da Saúde (CNS), e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), divulgou amplamente sua agenda. Dizia a Carta:

“Mudanças, respeitando-se a Constituição, se fazem necessárias. Por um lado, é preciso dar força aos órgãos de investigação e ao Poder Judiciário para que, nos casos de corrupção, inocentes sejam absolvidos e culpados condenados.

A corrupção não pode seguir como um empecilho para o desenvolvimento do país. É preciso implementar, de maneira célere e efetiva, medidas para melhorar o ambiente de negócios no país, evitando o crescimento do desemprego ou o prolongamento da recessão.

Entre elas, destaca-se a necessidade de ampliação da segurança jurídica no país, com regras claras e cumprimento de contratos e obrigações, evitando que potenciais investimentos sejam perdidos.

A nação também precisa ser desburocratizada, facilitando o processo produtivo e garantindo um ambiente de negócios em que o Estado deixe de agir como um freio à expansão econômica.

É preciso que seja realizado um forte investimento em infraestrutura, em parceria com a iniciativa privada nacional e estrangeira, para retornar o processo de crescimento econômico.

Deve-se, ainda, reduzir imediatamente o tamanho do Estado, assegurando que o mérito e o profissionalismo sejam os critérios na escolha de servidores.

Também não é mais possível postergar a reforma tributária, que deve eliminar fontes de cumulatividade e garantir direitos aos contribuintes.

Noutro campo, também deve-se rever as regras de crescimento automático de gastos de modo a permitir a sustentabilidade dos investimentos em saúde e educação, [sic] e sem abdicar da necessidade de permanente inclusão de novos segmentos da sociedade brasileira no mercado de consumo.”

03 de setembro de 2015: É criada a Frente Nacional contra o Aumento de Impostos, sob direção de Paulo Skaf, presidente da FIESP.¹²

09 de setembro de 2015: A agência de classificação de risco *Standard and Poors* rebaixa a nota do Brasil e retira do país o selo de “bom pagador”. Em 28 de julho, a agência já havia declarado “perspectiva negativa”. Em seguida, seria a vez da *Fitch* e da *Moody's* retirarem o grau de investimento. Em nota, a *Standard and Poors* assim justificou o rebaixamento: “Os desafios políticos que o Brasil enfrenta continuam a pesar na capacidade do governo e vontade de submeter ao Orçamento de 2016 ao Congresso consistente com a política de ajuste fiscal assinalada durante o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff”.¹³

21 de setembro de 2015: Com o apoio formal de outras 100 entidades de comércio, agricultura e serviços, a Frente Nacional contra o Aumento de Impostos lança oficialmente a campanha “Não vamos pagar o pato”, formalmente dirigida “contra o aumento de impostos” e “contra a volta da CPMF”. São colocados em frente ao prédio da FIESP, além do pato amarelo de 5 metros de altura, painéis com os números relativos a impostos embutidos em produtos e nas contas dos brasileiros.¹⁴ Algumas reportagens sobre o lançamento destacam a defesa do ajuste fiscal por parte da campanha. No mesmo dia, seminário organizado pelo Movimento Brasil Competitivo, patrocinado por Jorge Gerdau, reunindo os governadores de São

12 A FIESP representa formalmente 130 mil indústrias de diversos setores, distribuídas em 31 sindicatos patronais. Paulo Skaf é presidente desde 2004 da entidade, e foi candidato ao governo do estado de São Paulo em 2014, pelo PMDB, e em 2010, pelo PSB.

13 ALVARENGA, Darlan, LAPORTA, Taís & TREVIZAN, Karina. “Standard and Poor’s tira grau de investimento do Brasil”. G1, 09 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/standard-and-poors-tira-grau-de-investimento-do-brasil.html>>.

14 O lançamento foi noticiado pelo Jornal Nacional. “Fiesp e cem associações lançam a campanha “Não vou pagar esse pato”. 21 de setembro de 2015. Vídeo disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/09/fiesp-e-cem-associacoes-lancam-campanha-nao-vou-pagar-esse-pato.html>>. A reportagem da GloboNews destaca que parte da campanha era pelo ajuste fiscal. “Fiesp lança campanha contra o aumento de impostos”. G1, 21 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/fiesp-lanca-campanha-contra-o-aumento-de-impostos.html>>.

Paulo (Geraldo Alckmin, PSDB), de Goiás (Marconi Perillo, PSDB) e Pernambuco (Paulo Câmara, PSB) – todos da oposição. Na ocasião, Alckmin defende um corte de gastos mais duro, Perillo fala contra a estabilidade dos servidores públicos e Paulo Câmara sobre medidas estruturais para retomar investimentos privados.¹⁵

01 de outubro de 2015: um pato inflável de 22 metros de altura é colocado em frente ao Palácio do Planalto em Brasília, na sequência da campanha idealizada por Renato Pereira, marqueteiro contratado pela FIESP, que trabalhou para as campanhas de Aécio Neves, Sérgio Cabral e Eduardo Paes. [Atualmente Pereira é delator em uma investigação que pode incriminar Skaf].¹⁶

21 de outubro de 2015: Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr e Jannaína Paschoal registram em cartório novo pedido de *impeachment* contra Dilma, agora contemplando as chamadas “pedaladas fiscais” em 2015, de forma a apontar que tratar-se-ia de crime de responsabilidade durante o mandato em curso e não apenas no mandato anterior (exigência legal para *impeachment* presidencial), incluindo no pedido o parecer do TCU. Os autores da peça, subscrita por 45 “movimentos” (em sua esmagadora maioria páginas de *facebook*, além de dois grupos de *whatsapp*) optaram pela manobra para contornar liminares do STF que haviam suspenso as regras estabelecidas por Cunha para a tramitação de quaisquer pedidos anteriores. Duas versões anteriores do pedido haviam sido entregues nos dias 1 e 17 de setembro.¹⁷

29 de outubro de 2015: é lançado o programa “Ponte para o futuro”. Noticiado com grande alarde por toda a mídia, o texto de 19 páginas, assinado formalmente apenas pela Fundação Ulysses Guimarães e pelo PMDB, contou com as contribuições de: Moreira Franco (presidente da fundação do PMDB, velha raposa da política, tendo cumprido papel fundamental no governo FHC para aprovação de medidas neoliberais, relator da reforma administrativa de Bresser Pereira); Delfim Netto, ex-ministro da ditadura militar durante Costa e Silva (1967-1969), conselheiro econômico nos governos Lula e

15 Pode haver aumento de tributo, mas é preciso reduzir despesas antes, diz Alckmin”. Estado de Minas, 22 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/09/22/interna_politica,690932/pode-haver-aumento-de-tributo-mas-e-preciso-reduzir-despesas-antes-diz-alckmin.shtml>.

16 BRITO, Ricardo. “Skaf lança campanha ‘Não vou pagar o pato’ em frente ao Congresso”. O Estado de S. Paulo, 01 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,skaf-lanca-campanha-nao-vou-pagar-o-pato-em-frente-ao-congresso,1772658>>.

17 AGOSTINE, Cristiane. “Hélio Bicudo e Miguel Reale Jr registram novo pedido de *impeachment*”. Valor Econômico, 15 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4271392/helio-bicudo-e-miguel-reale-jr-registram-novo-pedido-de-impeachment>>.

Dilma; Antonio Palocci, ex-ministro da Fazenda no primeiro governo Lula (2003-2006), nome escolhido para acalmar os mercados internacionais devido à sua orientação ortodoxa; Marcos Lisboa, economista, ex-diretor executivo do Itaú Unibanco, presidente do Insper e membro do Instituto Millenium, um dos principais divulgadores da ideia de que os opositores das reformas são “grupos de interesse” específicos¹⁸; e Roberto Brant (irmão do compositor Fernando Brant), ex-deputado, membro do curto PP de Tancredo Neves, e depois do PMDB, do PSDB e do PSD, também ex-ministro da Previdência no governo FHC, condenado como “mensaleiro” em 2005 (cujo nome, provavelmente por causa disso, é muitas vezes omitido na co-autoria do documento).¹⁹

A “Ponte para o Futuro” tem como ponto central a constitucionalização do “ajuste” fiscal. Segundo o documento, as indexações previstas em 1988, que determinaram um percentual de investimento em áreas como saúde e educação que não podia ser desviado para outros fins, seriam a causa da crise fiscal. Como manter os “muitos” direitos que foram inscritos na Constituinte seria inviável em longo prazo, a mudança necessária para “equilibrar as contas públicas” teria necessariamente que alterar a Constituição.

“Foram criadas despesas obrigatórias que têm que ser feitas mesmo nas situações de grande desequilíbrio entre receitas e despesas, e, ao mesmo tempo, indexaram-se rendas e benefícios de vários segmentos, o que tornou impossíveis ações de ajuste, quando necessários. Durante certo tempo houve espaço para a expansão da carga tributária e evitaram-se grandes déficits. Como também houve um certo crescimento econômico que permitiu aumento das receitas fiscais. O crescimento automático das despesas não pode continuar entronizado na lei e na Constituição, sem o que o desequilíbrio fiscal se tornará o modo padrão de funcionamento do Estado brasileiro”.

“(...) a parte mais importante dos desequilíbrios é de natureza estrutural e está relacionada à forma como funciona o

18 MENDONÇA, Heloísa. “Marcos Lisboa: ‘as reformas afetam grupos de interesses, não a sociedade toda’”. El País, 16 de agosto de 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/21/economia/1500671743_676963.html>.

19 Uma das poucas reportagens que menciona os autores do documento, mas omite o nome de Brant, é GALLO, Mel Bleil. “O plano Temer”. Isto é, 01 de abril de 2016. Já outra matéria alega que Brant também teve um papel de organizador e redator. Ver MOURA E SOUZA, Marcos de. “Bolsa família pode ser ampliada, afirma Brant”. Valor Econômico, 29 de março de 2016. Disponível em: <<https://www1.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=1095008>>.

Estado brasileiro. Ainda que mudássemos completamente o modo de governar o dia a dia, com comedimento e responsabilidade, mesmo assim o problema fiscal persistiria. **Para enfrentá-lo teremos que mudar leis e até mesmo normas constitucionais**, sem o que a crise fiscal voltará sempre, e cada vez mais intratável, até chegarmos finalmente a uma espécie de colapso.”

[Esse seria o principal argumento da Proposta de Emenda Constitucional 241, que seria aprovada como Emenda Constitucional 95 em dezembro de 2016. Sintomaticamente, a lei não prevê limite algum para o pagamento da dívida externa e interna, que consome aproximadamente metade do orçamento federal. Ao contrário, na justificativa da PEC, a prioridade no pagamento da dívida é de fato ressaltada em diversos trechos.]

No documento, o “retorno do crescimento econômico” a partir desse ajuste estrutural é apresentado como “uma questão de justiça” para os mais necessitados. “Crescer a economia não é uma escolha que podemos fazer, ou não. É um imperativo de justiça, um direito que a população tem diante do Estado”, diz o documento. Não há sequer a menção à ideia de que o bolo seria *repartido* depois de crescer, como o velho Delfim costumava prometer em seus “gloriosos” dias de AI-5.

No item sobre a previdência, o fim da aposentadoria garantida pelo Estado é apresentado como um fato inevitável da evolução demográfica. Por fim, o documento ressaltava o papel do Estado no estímulo às exportações, e exortava pela “abertura” econômica e comercial do país:

“o Estado deve cooperar com o setor privado na abertura dos mercados externos, buscando com sinceridade o maior número possível de alianças ou parcerias regionais, que incluam, além da redução de tarifas, a convergência de normas, na forma das parcerias que estão sendo negociadas na Ásia e no Atlântico Norte. Devemos nos preparar rapidamente para uma abertura comercial que torne nosso setor produtivo mais competitivo, graças ao acesso a bens de capital, tecnologia e insumos importados. O próprio agronegócio, que andou até agora com suas próprias pernas, cada vez dependerá destes acordos para expandir sua presença nos mercados do mundo. Com o recente realinhamento do câmbio, abriu-se uma nova janela de oportunidades para o

setor industrial, que não deve ser desperdiçada por razões políticas ou de alinhamento ideológico. A globalização é o destino das economias que pretendem crescer.”

09 de novembro de 2015: um *lockout* (campanha patronal de sabotagem econômica) com ares de mobilização de trabalhadores inaugura fato inédito na campanha pelo *impeachment*. A “greve” dos caminhoneiros, com sete dias de paralisações e bloqueios de estradas por todo o Brasil, foi organizada pelo Comando Nacional do Transporte (CNT), entidade que defende essencialmente os interesses do setor de transportes (leia-se: proprietários de frotas e de empresas de transportes em geral). Curiosamente, foi uma “greve” à qual se opuseram os principais sindicatos de caminhoneiros, como a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos ou a União Nacional dos Caminhoneiros; e que se recusava a negociar as suas “reivindicações” com a presidente. Segundo o comunicado oficial da CNT, assinada por seu líder Ivar Luiz Schmidt,

“Gostaríamos em nome de todos os transportadores desse país comunicar que a partir do dia 09/11/2015 iniciaremos uma nova paralisação nacional da categoria, apoiados dessa vez pelos movimentos sociais Vem Pra Rua, Revoltados Online, Avança Brasil Maçons BR e o Movimento Brasil Livre, a pauta conjunta é a RENUNCIA DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEF e seus “gerentes”, para que possamos voltar a ter credibilidade aos olhos do mundo e recuperar nossa combalida economia destruída pela irresponsabilidade com o dinheiro do povo brasileiro, ou seja, nosso dinheiro. Essa decisão do nosso movimento se ampara, principalmente no fato de que o governo não atendeu reivindicações fáceis de serem atendidas, como por exemplo, a anulação das multas referentes a manifestação passada, bastando pra isso no máximo 15 minutos de boa vontade da Presidência e do Ministro da Justiça. Provaram que não se importam com nossa categoria que já esta massacrada pelos exploradores dos grandes grupos multinacionais.”²⁰

02 de dezembro de 2015: o presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) anuncia o acolhimento do pedido de *impeachment* de Reale Júnior, Janaína Paschoal e Hélio Bicudo, imediatamen-

20 BORTOLIN, Nelson. “Caminhoneiros marcam greve para dia 9 e vão pedir renúncia de Dilma”. Revista Carga Pesada, 27 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://cargapesada.com.br/2015/10/27/caminhoneiros-marcam-greve-para-dia-9-e-vo-pedir-renuncia-de-dilma/>>.

te após a bancada do PT declarar que votaria favoravelmente à cassação do parlamentar no Conselho de Ética da Câmara.²¹

10 de dezembro de 2015: A *Folha de S. Paulo* entrevista 15 empresários de vários ramos e relata que existe um setor importante a favor de um governo Michel Temer, mas preocupado em ser associado ao nome de Eduardo Cunha. Segundo a reportagem:

“Uma parte prefere o vice Michel Temer no lugar de Dilma, mas quase todos acham essa possibilidade remota hoje. Ressalvam, no entanto, que a usina de surpresas da Lava Jato pode virar o cenário de ponta cabeça de uma hora para outra (...) Entre eles há um consenso de que, mesmo sobrevivendo ao impeachment, Dilma sairá muito enfraquecida e sem condições de reunir apoio no Congresso para a aprovação de medidas para tirar o país da crise, como o ajuste fiscal”.²²

De acordo com a *Folha*, no mês anterior, o presidente da SRB (Sociedade Rural Brasileira), Gustavo Junqueira, teria ido ao Congresso exigir uma definição da questão [do impeachment], qualquer que fosse a decisão. A maioria dos entrevistados preferiu não ter seu nome citado na reportagem, exceto Flávio Rocha, dono da Riachuelo, o próprio Junqueira e Paulo Skaf.

13 de dezembro de 2015: primeira manifestação em São Paulo pelo impedimento de Dilma após a aceitação do pedido na Câmara, com participação aquém do esperado.

14 de dezembro de 2015: Paulo Skaf faz defesa aberta do *impeachment* como “única forma de tirar a economia do buraco.” Naquele dia, a FIESP divulga pesquisa realizada com 1.113 empresários paulistas entre 09 e 15 de novembro, segundo a qual mais 91% deles seria a favor não apenas do impedimento, mas também de que a FIESP se posicionasse publicamente a respeito do tema.²³

21 Cunha enfrentava diversas acusações pela PGR (Procuradoria Geral da República), encaminhadas ao STF e relacionadas à Operação Lava-Jato, e em outubro a Suíça encaminhou documentos comprobatórios das contas do deputado naquele país.

22 FRIEDLANDER, David; LANDIM, Raquel & WIZIACK, Julio. “Empresários querem Dilma fora, mas temem contágio com Cunha”. *Folha de S. Paulo*, 10 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1717116-empresarios-querem-dilma-fora-mas-temem-contagio-com-cunha.shtml>>.

23 VENCESLAU, Pedro & ROCHA, André Ítalo. “FIESP aponta que 91% dos empresários da indústria paulista são a favor do impeachment de Dilma”. *O Estado de S. Paulo*, 14 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fiesp-aponta-que-91-dos-empresarios-da-industria-paulista-sao-a-favor-do-impeachment-de-dilma,10000004817>>.

17 de dezembro de 2015: O STF define o rito a ser seguido no processo de *impeachment* pela Câmara dos Deputados.

18 de dezembro de 2015: o “Chicago boy” Joaquim Levy, apelidado de “Joaquim mãos de tesoura” deixa o Ministério da Fazenda depois de poucos meses em seu comando.²⁴ A imprensa destaca como motivo sua divergência com Dilma com relação à meta do superávit primário para 2016: enquanto a presidenta defendia uma meta de 0,5%, o ministro defendia uma meta de 0,7%. Mas, não foi só por 0,2%. No almoço anual da Febraban, oito dias antes, o ex-executivo do Bradesco conectou sua saída do cargo com o fato de que dificilmente, naquele governo, seria aprovada a idade mínima de 65 anos para aposentadoria.²⁵ No mesmo dia, o IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) lança o programa “Para vencer a crise”, assinado por 39 empresas, entre elas: Vale, Gerdau, Natura, Embraer, AMBEV, Klabin, Jereissatti Participações, Grupo Suzano, Hering S/A, Votorantim, Ultrapar, USIMINAS, Odebrecht, Camargo Corrêa e Duratex. Embora não se posicionasse oficialmente sobre o *impeachment*, o presidente da entidade, Pedro Wongtschowski, do grupo Ultra, foi taxativo em relação à saída do ministro Levy do governo, afirmando que “o Levy representa[va] a racionalidade do governo federal”. Naquele documento, de 11 páginas, havia críticas às chamadas “políticas de conteúdo nacional”, como os subsídios; e muitos pontos em comum com a “Ponte para o Futuro”.²⁶

Entre as propostas do documento “Para vencer a crise”, estavam:

- “• Promover cortes ou eliminação de programas governamentais não essenciais;
- Restringir ao máximo a vinculação de gastos públicos;
- Promover a desindexação geral da economia e das despesas públicas, ressalvada a correção pela inflação das aposentadorias e benefícios sociais.(...)
- A reforma da Previdência Social, especialmente quanto à idade mínima de aposentadoria;
- A reforma fiscal e administrativa, para desengessar e desindexar despesas e elevar a eficiência da máquina pública
- A redução da inflação e da taxa de juros básica do Banco Central;

24 Levy também foi chefe do Tesouro durante os primeiros anos do mandato de Lula (2003 a 2006).

25 TAIAR, Estevão & OYAMADA, Aline. “Levy diz que enfrentar rombo da Previdência será essencial em 2016”. *Valor Econômico*. 10 de dezembro de 2015.

26 Uma comparação minuciosa entre os dois documentos ainda está por ser feita.

- O incentivo à exportação propiciado pela desvalorização da moeda;
- A atração de investimentos privados em infraestrutura. Simplificação geral de leis e regulamentos, especialmente nas esferas tributária e trabalhista;
- Preponderância do negociado com relação ao legislado na área trabalhista;
- Reforma do ICMS para dar fim à guerra fiscal;
- Mudanças no PIS/COFINS para reduzir os vultosos tributos cumulativos que minam a competitividade dos setores produtivos;
- Incentivo ao desenvolvimento do mercado de capitais e ao declínio das taxas do financiamento bancário;
- Potencializar a internacionalização das empresas brasileiras e aproximá-las das cadeias globais de produção;
- Ampliar a integração da empresa internacional presente no Brasil, com o objetivo de reverter a baixíssima participação em cadeias globais;
- Através de acordos, aproximar o país dos principais blocos do mundo – EUA, Europa e Ásia – e buscar possível participação em mega-acordos, como a Parceria Transpacífica (TPP)”²⁷

30 de dezembro de 2015: Dilma decide ordenar o pagamento de todas as cobranças do TCU, as chamadas “pedaladas”. Pagando mais do que o combinado com o TCU, o governo pretendia livrar-se das acusações constantes no pedido de impeachment.²⁸

13 de março de 2016: Apresentada como “maior manifestação da história do país”²⁹, novo ato nacional pela saída de Dilma Rousseff e o fim da corrupção.

16 de março de 2016: um dia depois da nomeação do ex-presidente Lula para a Casa Civil, e após o vazamento dos grampings de conversas entre Lula e Dilma, Paulo Skaf lança uma nota classificando a medida de “golpe contra a nação brasileira”. Em razão

27 “Para vencer a crise”. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), dezembro/2015. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/anexos_legado/56742b34432bac42.pdf> Ver também a entrevista do presidente do IEDI no Valor Econômico: GUIMARÃES, Lígia & VIEIRA, Catherine. “Por um bom plano, país está disposto a sacrifício”. Valor Econômico, 18 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2015/iedi_na_imprensa_20151218_por_um_bom_plano_pais_esta_disposto_a_sacrificio_afirma_wongtschowski.html>.

28 CORTEZ, Ana Carolina. “Dilma paga pedaladas até de 2015 para enfraquecer argumento do impeachment”. El País, 30 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/29/economia/1451418696_403408.html>.

29 “Maior manifestação da história do País aumenta pressão por saída de Dilma”. O Estado de S. Paulo, 13 de março de 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-em-todos-os-estados-superam-as-de-marco-do-ano-passado,10000021047>>.

do “agravamento da crise política e econômica”, a Fiesp convoca representantes de associações, federações e sindicatos da agricultura, do comércio, dos serviços e da indústria uma “reunião emergencial” para debater a conjuntura. Circulam em jornais de todo o país páginas inteiras de fundo amarelo com a frase “Renúncia Já”, com o desenho do pato em vermelho e o slogan “Não vamos pagar pelo pato”. Em Brasília, após uma reunião com cerca de 40 deputados, a FPA (Frente Parlamentar do Agronegócio) decide apoiar formalmente o processo de *impeachment*. No mesmo dia, a CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil) divulga nota oficial na imprensa responsabilizando o governo pela crise política e econômica. “Esperamos que as instituições e o sistema político, em sintonia com o sentimento geral da sociedade, encontrem o caminho de volta ao crescimento, ao equilíbrio e à harmonia entre os brasileiros”, afirmava a nota da entidade.³⁰

17 de março de 2016: em uma reunião em Florianópolis, entidades e federações empresariais catarinenses (FIESC, FAESC, FACISC, FAMPESC, FECOMÉRCIO e FETRANSCESC) definem posicionamento conjunto a favor de um “novo governo, com credibilidade e apoio da sociedade brasileira”. No manifesto, as entidades afirmavam que

“o atual governo perdeu as condições para guiar os destinos do País. É preciso que um novo governo, com credibilidade e apoio da sociedade brasileira, encaminhe as reformas estruturais necessárias para vencer as dificuldades e recolocar o País no trilho do crescimento econômico e do desenvolvimento social”.³¹

Em São Paulo, às 15 horas, cerca de 300 líderes empresariais, com a participação *online* de representantes das federações industriais dos Estados da Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Pará e Paraná, reúnem-se no prédio da FIESP para debater formas de pressionar deputados e senadores para priorizarem a votação do impedimento. Segundo reportagem do *Estado de S. Paulo*, ao final da reunião, os empresários teriam gritado “*Impeachment Já!*” três vezes e cantado o hino nacional, a pedido do presidente da Associação

30 AMORA, Dimmi. “Bancada do agronegócio decide apoiar impeachment de Dilma”. Folha de S. Paulo, 17 de março de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751002-bancada-do-agronegocio-decide-apoiar-impeachment-de-dilma.shtml>>.

31 “Entidades empresariais são a favor do impeachment da presidente Dilma”. Notícia hoje, 17 de março de 2016. Disponível em: <https://noticiahoje.net/entidades-empresariais-sao-a-favor-do-impeachment-da-presidente-dilma/>.

Comercial de São Paulo (ACSP), Alencar Burti. Alguns teriam agitado suas miniaturas do boneco “pixuleco”, com o ex-presidente Lula vestido de presidiário.³²

29 de março de 2016: o PMDB rompe oficialmente com o governo, com metade de seus representantes declarando apoio formal ao *impeachment*. Em uma reunião no Rio de Janeiro, dez entidades empresariais se dividem em relação ao tema. Três delas, FIRJAN, ACRio (Associação Comercial do Rio de Janeiro), e Secovi-Rio (Sindicato da Habitação do Rio de Janeiro, que reúne os maiores proprietários imobiliários do Estado), manifestam-se a favor, e três – AMCHAM-Rio (Câmara Americana de Comércio, seção Rio), Fecomércio e Sinduscon (Sindicato da Construção Civil), declaram-se neutras.³³ Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente da FIRJAN, declara que existia uma “travessia curta” a ser feita. “Podemos ter um novo governo no início de maio, se o Congresso trabalhar na direção em que precisa trabalhar”, afirmou. “[Vamos] mostrar aos parlamentares da obrigação deles, de votar para o Brasil, mudando a presidente do Brasil o mais rapidamente possível. Não podemos continuar nessa pasmaceira”.³⁴ Questionadas pela imprensa, a ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química) e a ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas) não se posicionam explicitamente a favor do *impeachment*, mas também não o criticam. O presidente da ABIQUIM, Fernando Figueiredo, afirma que “se a presidente fez alguma coisa errada, deve sair, mas ela não pode ser tirada do governo só porque alguém quer isso”; que o Brasil “não é uma Venezuela” e que precisaria naquele momento de um governo de “conciliação nacional”. Segundo Figueiredo, “ambos”, “governo e oposição”, precisavam fazer “concessões”.³⁵

31 de março de 2016: Num restaurante de luxo em São Paulo, Michel Temer se reúne com 50 conselheiros do IEDI (Instituto de

32 ROCHA, André Ítalo & HIRATA, Lucas. “Trezentos líderes de associações empresariais decidem pressionar Congresso por impeachment”. O Estado de S. Paulo, 17 de março de 2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,trezentos-lideres-de-assocacoes-empresariais-decidem-pressionar-congresso-por-impeachment,10000021872>.

33 No Rio, entidades empresariais e de classe se dividem sobre impeachment”. Folha de S. Paulo, 29 de março de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1755352-no-rio-entidades-empresariais-e-de-classe-se-dividem-sobre-impeachment.shtml>.

34 HIRATA, Lucas; SALLOWICZ, Mariana & ROCHA, André Ítalo. “Entidades ligadas a empresários se manifestam em favor de impeachment”. O Estado de S. Paulo, 17 de março de 2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,entidades-ligadas-a-empresarios-se-manifestam-em-favor-de-impeachment,10000021915>.

35 NEUMANN, Denise. “Defesa do impeachment não é unanimidade nas entidades empresariais”. Valor Econômico, 29 de março de 2016. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4502858/defesa-do-impeachment-nao-e-unanimidade-nas-entidades-empresariais>.

Estudos para o Desenvolvimento Industrial). Temer teria afirmado, na ocasião, que Dilma ignorou o plano “Ponte para o futuro”.³⁶ Segundo reportagem da *Isto é*, a expectativa dos empresários era que um novo governo cumprisse papel similar ao de Mauricio Macri na Argentina – sem ter que esperar, entretanto, uma nova eleição. Os empresários teriam reiterado que os cortes bilionários nos gastos do governo federal realizados por Dilma eram insuficientes. Humberto Barbatto, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) disse que “qualquer iniciativa que o atual governo adote é duvidosa, em termos de qualidade”, e que “O empresário ficou com medo de investir e não acredita mais no que o governo Dilma possa entregar. Precisamos de uma mudança porque estamos no clima de fim do governo”. “O equacionamento da dívida pública vai devolver a credibilidade que o governo atual tentou fazer, com o ministro Joaquim Levy, mas não conseguiu”, disse Vicente Abate, presidente da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (Abifer). Segundo reportagem do *Valor Econômico*, Flávio Rocha, conselheiro da entidade e presidente da Riachuelo, declarou-se decepcionado com o tom cauteloso de Temer no almoço, e afirmou que “havia um consenso nesse universo do ledi da perda de controle do país, que está realmente à deriva. Acho que é um sentimento majoritário”. Já Rodrigo Rocha Loures, presidente da Nutrimental e conselheiro da FIESP, se disse muito satisfeito com o fato de que Temer teria garantido respeitar o processo judicial da Operação Lava-Jato.³⁷ [Trata-se do pai de Rodrigo Santos da Rocha Loures (ex-deputado pelo PMDB), que seria pivô de denúncia por corrupção passiva contra Michel Temer pelo procurador-geral Rodrigo Janot]

1 de abril de 2016: Reportagem da revista *Isto é*, intitulada “O grito dos empresários”, trazia declarações incisivas. “Com a saída de Dilma, a volta dos investimentos seria instantânea”, disse Flávio Rocha, presidente da Riachuelo; “Dilma perdeu as condições de governar o Brasil”, afirmou Josué Gomes da Silva, sócio da Coteminas e filho de José Alencar (o ex-vice de Lula). “É preciso estancar o problema. O Brasil não pode esperar mais 2 anos e 9 meses”, exortou o presidente da SRB (Sociedade Rural Brasileira), Gustavo Junqueira.

36 NOGUEIRA, Luís Artur & KROEHN, Márcio. “Fim da paciência”. *Isto é Dinheiro*, 01 de abril de 2016. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20160401/fim-paciencia/358427>.

37 MARTINS, Arícia. “Em tom ‘conservador’, Temer evita falar sobre cenário pós-impeachment”. *Valor Econômico*, 31 de março de 2016. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4506172/em-tom-%3Fconservador%3F-temer-evita-falar-sobre-cenario-pos-impeachment>.

“Mudar o que está aí é o único caminho possível”, nas palavras de Pedro Luiz Passos, sócio da Natura. Lawrence Pih, fundador do grupo Moinho Pacífico, foi muito mais longe que os demais, alertando que “o PT não fará as mudanças necessárias porque elas não fazem parte do projeto ideológico do partido (...) Seu projeto é de socialismo e não de uma social democracia. Eu mesmo levei tempo para notar isso”.³⁸

06 de abril de 2016: A Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), juntamente com a Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS), a Fecomércio, a Federação das Associações Empresariais de Mato Grosso do Sul (FAEMS) e a OAB-MS, divulga nota defendendo o impedimento de Dilma Rousseff como “único caminho para a retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento social do Brasil”.³⁹ A CNA divulga nota apoiando explicitamente o impeachment, alegando como motivo uma fala de um dirigente sindical da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) sobre ocupações no campo e o suposto apoio do Ministro da Justiça.

O Brasil está vivendo uma gravíssima crise econômica originada por reiterados erros de política econômica e pelo colapso fiscal promovido pela ação do atual governo.

*A única saída para a recuperação do equilíbrio fiscal e para a retomada do crescimento econômico é a aprovação pelo Congresso Nacional de reformas que requerem a formação de amplas maiorias legislativas e grande consenso político. Como resposta à crise política, o governo federal mobiliza para sua defesa apenas organizações radicais e minoritárias da sociedade, aprofundando divisões e separando as pessoas. **Em recente ato político realizado no Palácio do Planalto, diante da presidente da República, um dirigente da Contag defendeu abertamente a invasão de propriedades rurais, incitando a violência como recurso de pressão política.***

Posteriormente o próprio ministro da Justiça, a quem caberia o resguardo dos direitos fundamentais e da ordem pública, aprovou expressamente as palavras do dirigente sindical, considerando-as uma reação legítima.

38 BORGES, Helena. “O grito dos empresários”. Isto é, 1 de abril de 2016. Disponível em: <http://istoe.com.br/450038_O+GRITO+DOS+EMPRESARIOS/>.

39 Entidades do agronegócio e empresariais se posicionam a favor do impeachment”. Infomoney, 06 de abril de 2016. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/infomoney/2016/04/06/entidades-do-agronegocio-e-empresariais-se-posicionam-a-favor-do-impeachment.htm>.

O governo da presidente Dilma Rousseff dá seguidas mostras de não reconhecer nem compreender a verdadeira natureza dos problemas que afligem o País, nem revela disposição de enfrentá-los. Diante de tudo isto fica cada vez mais claro que a presidente da República não tem mais a autoridade política para liderar o processo de reformas nem a capacidade de voltar a unir os brasileiros.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), diante da manifestação dos representantes dos produtores rurais em todo o País e em consonância com a sociedade brasileira, decide apoiar o movimento em favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff, conforme prevê a Constituição Federal e o Estado Democrático de Direito”.⁴⁰

12 de abril de 2016: a Comissão Especial na Câmara aprova, por 38 a 27 votos, parecer favorável à admissibilidade do processo de investigação contra a presidente Dilma Rousseff.

14 de abril de 2016: A 96 horas da votação no Congresso, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) divulga amplamente na imprensa uma carta aberta assinada pelo seu presidente, Robson Andrade, intitulada “É hora de mudar”:

Estamos convencidos de que as discussões sobre o impeachment e sua votação no Congresso resultarão em uma nova fase da política nacional. O governo que emergir desse processo terá de arregimentar apoio, tanto no Parlamento como na sociedade, para liderar novo pacto federativo, restaurar a governabilidade e unir o país. Terá, também, que atuar com espírito público, bem como firmar compromissos com a ética e com a eficiência administrativa.

Nessa nova etapa da vida nacional, o governo e o Congresso precisarão de coragem e determinação para adotar medidas duras, mas essenciais para a retomada do desenvolvimento. Entre elas, estão as reformas previdenciária, tributária e administrativa, a recomposição das contas públicas, a modernização das leis trabalhistas e a revisão dos marcos regulatórios. Só com iniciativas firmes e ousadas poderemos voltar a trilhar o caminho do desenvolvimento, do qual nos distanciamos nos últimos anos.

Neste momento turbulento, em que se discute o impeachment de um presidente da República pela segunda vez em

40 “CNA anuncia apoio ao impeachment da presidente Dilma Rousseff”. G1, 06 de abril de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/cna-anuncia-apoio-ao-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff.html>>.

pouco mais de duas décadas, temos a certeza de que o Congresso agirá com serenidade, grandeza e patriotismo para tomar a decisão que o país exige. Desse modo, poderemos suplantar a crise, tornar a crescer e gerar empregos.

É hora de mudar.

Os empresários, assim como todos os brasileiros, esperam que nossos representantes no Congresso Nacional façam sua parte para que o Brasil possa voltar a sonhar com um futuro melhor.”

17 de abril de 2016: a FIEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná, levou ao Congresso uma comitiva de 50 líderes para pressionar parlamentares pela aprovação do impedimento de Dilma. Como vimos, diversas outras federações industriais, como Santa Catarina, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, já tinham se posicionado publicamente a favor do afastamento da presidenta. Mas as federações de Espírito Santo, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia mantiveram-se neutras como que em compasso de espera.⁴¹ O Plenário da Câmara autoriza a abertura do processo de *impeachment* contra Dilma por 367 votos a favor, 137 votos contra e 7 abstenções, numa votação transmitida ao vivo, domingo à tarde, por quase todas as outras emissoras da televisão aberta.

18 de abril de 2016: O presidente da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) e sócio da consultoria Canaplan, Luiz Carlos Corrêa de Carvalho, afirma que a entidade recebeu “muito positivamente” o prosseguimento do processo de *impeachment*, e mostra confiança em relação a um governo Temer. Ele também comenta que Kátia Abreu, ao apoiar o governo Dilma, teria ficado “numa posição muito à deriva” em seu próprio partido.⁴² Pedro Wongtschowski, presidente do IEDI, afirma que se Temer realmente colocar em prática a “Ponte para o Futuro”, haverá “renovação da esperança para o Brasil”, já que era urgente “rever os programas e promover o ajuste fiscal”. Roberto Setúbal, presidente do Itaú, embora mais evasivo, disse que agora havia maior possibilidade de “retorno da confiança” do mercado; José Velloso, presidente da Abimaq, disse que a mudança

41 MACIEL, Aline. “Como as federações empresariais se articularam pelo impeachment”. A Pública, 25 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment/>>. Ainda não ficaram claros os motivos para a não adesão dessas federações ao esforço das demais.

42 GOMES, José Roberto. “Associação do agronegócio recebe decisão sobre o impeachment ‘muito positivamente’”. O Estado de S. Paulo, 18 de abril de 2016. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,agronegocio-recebe-decisao-do-impeachment-muito-positivamente,1858174>>.

será positiva para a “retomada do investimento e do emprego”; e Carlo Bottarelli, da Triunfo Participações e Investimentos (empresa que detém concessão de diversos ativos de infraestrutura), afirmou: “Não saímos do problema, mas o viés mudou. Agora, temos condições de aprovar alguma coisa”.⁴³

19 de abril de 2016: Luiz Fernando Furlan, ex-ministro no governo Lula e um dos diretores do LIDE (Grupo de Líderes Empresariais, entidade fundada pelo empresário João Dória, atual prefeito de São Paulo pelo PSDB), comemora a “reversão de expectativa” entre os empresários, após a aprovação do impeachment no plenário da Câmara. José Romeu Ferraz Neto, presidente do Sinduscon-SP, afirma que o avanço do processo desse processo abria caminho para começar a “equacionar o desajuste fiscal e levar adiante as reformas para baixar os juros e deter a inflação”. “Não podemos e não devemos desperdiçar esse momento”, reiterou. Em nota, a CNA afirmou que foi “um primeiro passo importante para que se restabeleçam as condições de governabilidade”.⁴⁴ À noite, entidades empresariais do estado de Goiás promovem um jantar de gala para os deputados federais do estado que votaram favoravelmente à saída de Dilma.

12 de maio de 2016: Senado aprova a abertura do processo e afasta a presidente, com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, conduzindo.

28 de julho de 2016: Kátia Abreu renuncia à presidência da CNA, antes que fosse deposta.⁴⁵

04 de agosto de 2016: a Comissão Especial no Senado aprova o relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), favorável ao *impeachment*.

09/10 de agosto de 2016: o Plenário decide, por 59 votos a 21, que a presidente afastada iria a julgamento. Dilma é acusada de “crime de responsabilidade contra a lei orçamentária” e contra a “guarda e o legal emprego de recursos públicos”, na forma de três decretos de crédito suplementar e operações com bancos públicos.

43 “Impeachment dará novo fôlego para a economia, dizem empresários”. *Gazeta do Povo*, 18 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/impeachment-dara-novo-folego-para-a-economia-dizem-empresarios-ek6anwtmj8ds8jah9k19l776f>>.

44 SCRIVANO, Roberta. “Empresários comemoram votação na Câmara”. *O Globo*, 19 de abril de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/empresarios-comemoram-votacao-na-camara-19122204>.

45 NOBLAT, Ricardo. Para não ser deposta, Kátia Abreu renuncia à presidência da CNA. *O Globo*, 28 jul 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/29/economia/1451418696_403408.html>.

31 de agosto de 2016: após seis dias de julgamento, o *impeachment* é aprovado no Plenário do Senado. Michel Temer assume para terminar o mandato.

REFERÊNCIAS

A 'Agenda Brasil' sugerida por Renan Calheiros. **Senado Notícias**, 10 ago 2015. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/10/a-agenda-brasil-sugerida-por-renan-calheiros>>. Acesso em: 25 ago 2017

AGOSTINE, Cristiane. Hélio Bicudo e Miguel Reale Jr registram novo pedido de impeachment. **Valor Econômico**, 15 out 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4271392/helio-bicudo-e-miguel-reale-jr-registram-novo-pedido-de-impeachment>>. Acesso em: 15 ago 2017

ALVARENGA, Darlan. LAPORTA, Taís. TREVIZAN, Karina. Standard and Poor's tira grau de investimento do Brasil. **G1**, 09 set 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/standard-and-poors-tira-grau-de-investimento-do-brasil.html>>. Acesso em: 15 ago 2017

AMORA, Dimmi. Bancada do agronegócio decide apoiar impeachment de Dilma. **Folha de S. Paulo**, 17 mar 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751002-bancada-do-agronegocio-decide-apoiar-impeachment-de-dilma.shtml>>. Acesso em: 15 ago 2017

BORGES, Helena. O grito dos empresários. **Isto é**, 1 abr 2016. Disponível em: <http://istoe.com.br/450038_O+GRITO+DOS+EMPRESARIOS/>. Acesso em: 27 ago 2017

BORGES, André & FABRINI, Fábio. TCU diz que governo cometeu crime de responsabilidade fiscal. **O Estado de S. Paulo**, 15 abr 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,tcu-diz-que-governo-cometeu-crime-de-responsabilidade-fiscal,1670602>>. Acesso em: 25 ago 2017

BORTOLIN, Nelson. Caminhoneiros marcam greve para dia 9 e vão pedir renúncia de Dilma. **Revista Carga Pesada**, 27 out 2015. Disponível em: <<http://cargapesada.com.br/2015/10/27/caminhoneiros-marcam-greve-para-dia-9-e-vao-pedir-renuncia-de-dilma/>>. Acesso em: 25 ago 2017

BRITO, Ricardo. Skaf lança campanha 'Não vou pagar o pato' em frente ao Congresso. **O Estado de S. Paulo**, 01 out 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,skaf-lanca-campanha-nao-vou-pagar-o-pato-em-frente-ao-congresso,1772658>>. Acesso em: 27 ago 2017

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A Nova Direita no Brasil**: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014). Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2016.

CASTRO, José Roberto & VENCESLAU, Pedro. Pedidos de impeachment com fundamento terão acolhimento, diz Cunha. **O Estado de S. Paulo**, 27 jul 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pedidos-de-impeachment-com-fundamento-terao-acolhimento-diz-cunha,1732820>>. Acesso em: 15 ago 2017

CNA anuncia apoio ao impeachment da presidente Dilma Rousseff". **G1**, 06 abr 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/cna-anuncia-apoio-ao-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff.html>>. Acesso em: 27 ago 2017

CORTEZ, Ana Carolina. Dilma paga pedaladas até de 2015 para enfraquecer argumento do impeachment. **El País**, 30 dez 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/29/economia/1451418696_403408.html>. Acesso em: 15 ago 2017

Dois anos de uma data histórica: a manifestação pelo impeachment de Dilma Rousseff". **Instituto Liberal**, 16 mar 2017. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/politica/2-anos-de-uma-data-historica-a-manifestacao-pelo-impeachment-de-dilma-rousseff/>>. Acesso em: 27 ago 2017

Entidades do agronegócio e empresariais se posicionam a favor do impeachment. **Infomoney**, 06 de abril de 2016. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/infomoney/2016/04/06/entidades-do-agronegocio-e-empresariais-se-posicionam-a-favor-do-impeachment.htm>>. Acesso em: 27 ago 2017

Fiesp lança campanha contra o aumento de impostos. **G1**, 21 set 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/fiesp-lanca-campanha-contr-o-aumento-de-impostos.html>>. Acesso em: 15 ago 2017

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e História. Rio de Janeiro: Edufrj/EPSJV, 2010.

FRIEDLANDER, David & SCIARRETA, Toni. Para presidente do Bradesco, crise é grave e solução exige ‘grandeza’. **Folha de S. Paulo**, 08 ago 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/08/1666207-para-presidente-do-bradesco-crise-e-grave-e-solucao-exige-grandeza.shtml>>. Acesso em: 25 ago 2017

FRIEDLANDER, David; LANDIM, Raquel & WIZIACK, Julio. Empresários querem Dilma fora, mas temem contágio com Cunha. **Folha de S. Paulo**, 10 dez 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1717116-empresarios-querem-dilma-fora-mas-temem-contagio-com-cunha.shtml>>.

GALLO, Mel Bleil. O plano Temer. **Isto é**, 01 abr 2016.

GOMES, José Roberto. “Associação do agronegócio recebe decisão sobre o impeachment ‘muito positivamente’”. **Estado de S. Paulo**, 18 abr 2016. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,agronegocio-recebe-decisao-do-impeachment-muito-positivamente,1858174>>. Acesso em: 20 ago 2017

GUIMARÃES, Lígia & VIEIRA, Catherine. “Por um bom plano, país está disposto a sacrifício”. Valor Econômico, 18 dez 2015. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2015/iedi_na_imprensa_20151218_por_um_bom_plano_pais_esta_disposto_a_sacrificio_afirma_wongtschowski.htm>. Acesso em: 27 ago 2017

GUIOT, André Pereira. **Dominação burguesa no Brasil**: Estado e sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e social (CDES) entre 2003 e 2010. Tese de doutorado. UFF, Departamento de História, 2015.

HIRATA, Lucas; SALLOWICZ, Mariana & ROCHA, André Ítalo. "Entidades ligadas a empresários se manifestam em favor de impeachment". Estado de S. Paulo, 17 mar 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,entidades-ligadas-a-empresarios-se-manifestam-em-favor-de-impeachment,10000021915>>. Acesso em: 20 ago 2017

HOEVELER, Rejane. A direita transnacional em perspectiva histórica. In: **A onda conservadora**. Ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

Impeachment dará novo fôlego para a economia, dizem empresários. **Gazeta do Povo**, 18 abr 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/impeachment-dara-novo-folego-para-a-economia-dizem-empresarios-ek6anwtmj8ds8jah9k19l776f>>. Acesso em: 20 ago 2017

MACIEL, Aline. Como as federações empresariais se articularam pelo impeachment. **A Pública**, 25 ago 2016. Disponível em: <<http://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment/>>. Acesso em: 20 ago 2017

Maior manifestação da história do País aumenta pressão por saída de Dilma. **O Estado de S. Paulo**, 13 mar 2016. Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-em-todos-os-estados-superam-as-de-marco-do-ano-passado,10000021047>>. Acesso em: 15 ago 2017

Manual do Movimento Brasil Livre. **Movimento Brasil Livre**, 2015.

MARTINS, Arícia. Em tom 'conservador', Temer evita falar sobre cenário pós-impeachment. **Valor Econômico**, 31 mar 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4506172/em-tom-%3Fconservador%3F-temer-evita-falar-sobre-cenario-pos-impeachment>>. Acesso em: 25 ago 2017

MENDONÇA, Heloísa. Marcos Lisboa: 'as reformas afetam grupos de interesses, não a sociedade toda. **El País**, 16 ago 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/21/economia/1500671743_676963.html>. Acesso em: 25 ago 2017

MONTEIRO, Tânia. Dilma exige retratação da Febraban e bancos tentam evitar crise com o governo. **O Estado de S. Paulo**, 08 maio 2012. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-exige-retratacao-da-febraban-e-bancos-tentam-evitar-crise-com-o-governo,111666e>>. Acesso em: 25 ago 2017

MOURA E SOUZA, Marcos de. Bolsa família pode ser ampliada, afirma Brant. **Valor Econômico**, 29 mar 2016. Disponível em: <<https://www1.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=1095008>>. Acesso em: 25 ago 2017

NEUMANN, Denise. Defesa do impeachment não é unanimidade nas entidades empresariais. **Valor Econômico**, 29 mar 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4502858/defesa-do-impeachment-nao-e-unanimidade-nas-entidades-empresariais>>. Acesso em: 20 ago 2017

No Rio, entidades empresariais e de classe se dividem sobre impeachment. **Folha de S. Paulo**, 29 mar 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1755352-no-rio-entidades-empresariais-e-de-classe-se-dividem-sobre-impeachment.shtml>>. Acesso em: 20 ago 2017

NOBLAT, Ricardo. Para não ser deposta, Kátia Abreu renuncia à presidência da CNA. **O Globo**, 28 jul 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/29/economia/1451418696_403408.html>. Acesso em: 15 ago 2017

NOGUEIRA, Luís Artur & KROEHN, Márcio. Fim da paciência. **Isto é Dinheiro**, 01 abr 2016. Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20160401/fim-paciencia/358427>>. Acesso em: 25 ago 2017

Nota oficial – FIRJAN e FIESP em prol da governabilidade do país. **Portal FIESP notícias**, 06 ago 2015. Disponível em: <<http://www.>>

fiesp.com.br/noticias/nota-oficial-firjan-e-fiesp-em-prol-da-governabilidade-do-pais/>. Acesso em: 15 ago 2017

O movimento Vem pra Rua quer ser o palco de todos os brasileiros. **Vem pra Rua**, Manifesto. Disponível em: <<http://www.vempraruia.net/manifesto/>>. Acesso em: 15 ago 2017

Para vencer a crise. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (**IEDI**), dez 2015. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/anexos_legado/56742b34432bac42.pdf>. Acesso em: 15 ago 2017

PINTO, Eduardo; SALUDJAN, Alexis; PINTO, José Paulo; NOGUEIRA, Isabela; BALANCO, Paulo; SCHONERWALD, Carlos & BARUCO, Grasiela. A guerra de todos contra todos: a crise brasileira. Texto para Discussão 006/2017. **Instituto de Economia/UFRJ**. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tдие0062017pinto-et-al.pdf>>. Acesso em: 15 ago 2017

Pode haver aumento de tributo, mas é preciso reduzir despesas antes, diz Alckmin. **Estado de Minas**, 22 set 2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/09/22/interna_politica,690932/pode-haver-aumento-de-tributo-mas-e-preciso-reduzir-despesas-antes-diz-alcmin.shtml>. Acesso em: 15 ago 2017

SCRIVANO, Roberta. Empresários comemoram votação na Câmara. **O Globo**, 19 abril 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/empresarios-comemoram-votacao-na-camara-19122204>>. Acesso em: 20 ago 2017

TAIAR, Estevão & OYAMADA, Aline. Levy diz que enfrentar rombo da Previdência será essencial em 2016. **Valor Econômico**. 10 dez 2015. Acesso em: 15 ago 2017

VENCESLAU, Pedro & ROCHA, André Ítalo. “FIESP aponta que 91% dos empresários da indústria paulista são a favor do impeachment de Dilma”. *O Estado de S. Paulo*, 14 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fiesp-aponta-que-91-dos-empresarios-da-industria-paulista-sao-a-favor-do-impeachment-de-dilma,10000004817>>. Acesso em: 15 ago 2017